

Aula 12 -B

História – 1º Ano Ensino Médio

A Centralização do Poder e o Estado Moderno

O século XV inaugurava um novo período do processo histórico da Europa ocidental: possuir terras já não era mais sinônimo de poder; as relações sociais de dominação e de exploração também não eram as mesmas do mundo feudal; mudanças qualitativas na economia europeia abriram espaço para uma nova ordem política e social.

Tendo suas origens do feudalismo, o mundo moderno evoluiria até culminar no seu oposto – o *capitalismo* do mundo contemporâneo. Assim, em muitos aspectos, o mundo moderno constituiu uma negação do mundo medieval, embora ainda não se caracterizasse como um todo sólido, maduro, apresentando-se como uma época de transição. Foi o período de consolidação dos ideais de progresso e de desenvolvimento, que reforçou o pensamento racionalista e individualista, valores burgueses que iriam demolir o universo ideológico católico-feudal. Entre os séculos XV e XVIII, estruturou-se uma nova ordem socioeconômica, denominada *capitalismo comercial*. Durante esse período, a nobreza, ainda garantia por suas propriedades e títulos uma posição social em vantagem a burguesia comercial que se desenvolvia e que ainda, estava longe de ser classe dominante, com prestígio junto à aristocracia.

Assim, sendo um período de transição, a importância do comércio e da capitalização, que constituíram a base sobre a qual se desenvolveria o sistema capitalista. Como decorrência um novo Estado, novas normas e novos valores foram gerados segundo as novas exigências do homem ocidental.

A economia e sociedade do Antigo Regime

Com as cruzadas, no início da Baixa idade média, processou-se um conjunto de alterações socioeconômicas, decorrentes do renascimento do comércio, da urbanização e do surgimento da burguesia. A junção desses elementos, por sua vez, impulsionaram o processo de formação do Estado nacional, e lentamente foram sendo demolidos os pilares que sustentavam o feudalismo. O renascimento do comércio na Europa e a exploração colonial do Novo Mundo americano e afro-asiático propiciaram a ascensão vertiginosa da economia mercantil. No meio rural europeu, as relações produtivas variavam desde as feudais (senhor-servo) até as que envolviam o trabalho assalariado (proprietário-camponês), prenunciando o que viria a ser um regime de características capitalista. A exploração do trabalhador e a expropriação de suas terras possibilitaram uma gradativa e crescente ampliação de riquezas nas mãos dos donos das terras e dos meios de produção – chamada **acumulação primitiva de capitais**.

O Estado no Antigo Regime

O Estado moderno retratou a transição do período do Feudalismo para o Capitalismo, refletindo os interesses dos grupos sociais em conflito, ao preservar os privilégios da aristocracia feudal e abrir espaço ao novo grupo burguês ascendente. Na prática, foi o resultado da derrocada do poder universal (igreja) e local (nobreza) e da formação das monarquias nacionais. O Estado característico da época moderna é conhecido como *absolutista*, na medida em que o poder estava concentrado nas mãos do rei e de seus ministros, os quais aproveitavam as limitações dos grupos sociais dominantes – nobreza e burguesia – para monopolizar a vida política. Incapaz de exercer hegemonia (a nobreza estava em decadência e a burguesia ainda se mostrava frágil), esses grupos precisavam do Estado para preservar suas condições e privilégios; daí sujeitarem-se ao rei, reforçando o poder do Estado moderno. Com as alterações ocorridas no comércio, o Rei tornou-se figura importante. Isso porque o impulso das relações comerciais, o reaparecimento das cidades e as mudanças na economia desorganizaram boa parte das antigas relações feudais. O surgimento da burguesia e de centros urbanos à margem dos nobres e de seus domínios é um exemplo da reorganização das relações sociais. Essas alterações abriram espaço para a entrada em cena dos reis, que se tornaram figuras importantes nos processos de regulamentação das novas relações dentro da sociedade.

Dificuldades e características das monarquias nacionais

Alguns obstáculos marcaram o processo de formação das monarquias nacionais. Primeiro foram às tensões entre os poderes *nacionalistas* das monarquias, por um lado, e, por outro, os poderes *universalistas*, como Igreja e o Sacro império, que pretendia submeter e controlar toda a cristandade, e os poderes particularistas, da nobreza feudal.

Outro obstáculo foi a grande variedade de costumes e a fragmentação existente na Europa Ocidental. Eram moedas, hábitos, leis, tributos, pesos e medidas que variavam de região para região, de reino para reino. Como submeter essas diferenças a um único poder? A monarquia nacional deveria conferir alguma unidade a essas realidades distintas, o que não foi uma tarefa fácil para os reis e seus juristas.

Para dar conta dessas diferenças, das divergências e do funcionamento do Estado, os monarcas dispunham de um aparato administrativo e jurídico e de um exército, que também contava com mercenários, para garantir a ordem.

Essa característica limitadora do capitalismo e do desenvolvimento econômico burguês possibilitaria o surgimento e avanço das ideias liberais, que levaram posteriormente às revoluções burguesas que demoliram o estado absolutista. Devido à preponderância, nesse período, do absolutismo – poder capaz de definir regras, práticas e ações em todos os níveis –, consolidou-se a concepção de um Estado *interventor*, que devia atuar em todos os setores da vida nacional. No plano econômico, essa intervenção manifestou-se através do *mercantilismo*.

